

LÓGICAS INSTITUCIONAIS, RECURSIVIDADE E ENCULTURAÇÃO

BRUNO EDUARDO SLONGO GARCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

QUEILA REGINA SOUZA MATITZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

LÓGICAS INSTITUCIONAIS, RECURSIVIDADE E ENCULTURAÇÃO

INTRODUÇÃO

Este ensaio se insere no campo de aplicações da Teoria Institucional em estudos organizacionais, mais especificamente em pesquisas sobre lógicas institucionais. Embora tenha se tornado comum a aplicação do conceito de lógicas institucionais proposto por Friedland e Alford (1991) nos estudos organizacionais, as pesquisas têm se afastado da dinâmica da sociedade. Tal afirmação pode ser observada nas explicações dada a adoção, mudança e abandono das lógicas institucionais, bem como nos níveis de análise utilizados nas pesquisas da área, em que as macrorrelações do contexto institucional são priorizadas. Embora na última década algumas pesquisas se proponham a realizar análises que incluam o papel dos atores no contexto institucional, o resultado se detém nas instituições como estruturantes do comportamento dos indivíduos e não em uma relação recursiva (PICHETH; CRUBELLATE, 2019).

Os estudos nesta área buscam explicar fenômenos como institucionalização, desinstitucionalização, configuração e mudanças em práticas (RUSSO; GUERREIRO, 2017). Quanto ao nível de análise se dedicam a fenômenos em organizações (FÁVERO; GUIMARÃES, 2019), campos organizacionais (BORGES; RADAELLI, 2016) e políticas públicas (SEDIYAMA; AQUINO; LOPES, 2017). Contudo, contemplam somente o contexto amplo em que as lógicas institucionais atuam e não permitem compreender contextos particulares, tais como a dinâmica dos atores em uma organização e a adoção de práticas específicas. Outro ponto é que os estudos se detêm exclusivamente na ação das instituições sobre o nível de campo, pressupondo que os atores adotam e reproduzem práticas e símbolos sem adaptá-los às suas necessidades.

Diante do contexto apresentado, diversas críticas ao institucionalismo organizacional tem sido apresentada, especialmente nas denominadas ‘miopias’ dessa meta teoria. Friedland e Arjaliès (2024) resumem algumas dessas críticas, a saber: a) ausência de poder, b) tudo é abordado como institucional e, c) falta de uma perspectiva crítica. Zanin e Cunha (2020) destacam que em meio a essas críticas existem possibilidade de avanço para os estudos da área, especialmente ao tratar do fenômeno da recursividade, a qual considera que os atores participam ativamente na formação do contexto institucional, por meio da adoção, mudança ou continuidade das lógicas institucionais.

Com intuito de discutir caminhos que permitam o avanço dos estudos da área na compreensão do papel dos atores no contexto institucional, alguns conceitos precisam ser retomados. A compreensão apresentada neste ensaio perpassa a obra de Berger e Luckmann (1978), a qual serviu de base para os estudos institucionalistas. Os autores indicam a existência de múltiplas realidades socialmente constituídas, a realidade objetiva é composta por dimensões de legitimação e socialização, enquanto a dimensão subjetiva interioriza símbolos e significados. Nesse cenário ocorre a institucionalização como forma de elaborar e consolidar convenções sociais sobre o modo de agir em sociedade.

Em Berger e Luckmann (1978) a linguagem é responsável por objetivar as regras internalizadas pelo indivíduo. A compreensão da sociedade ocorre em um processo dialético e não linear composto por objetivação, interiorização e exteriorização. O ponto inicial em que os indivíduos se inserem na dialética da sociedade é por meio da objetivação e da interiorização, momento em que apreendem e interpretam acontecimentos, por exemplo, um comportamento de um determinado indivíduo é subjetivo para ele, entretanto, é acessível de forma objetiva e dotado de significado para outros indivíduos.

Esse processo permite atribuir significado e não resulta em uma criação autônoma, mas possibilita ao indivíduo compreender o ‘mundo’ em que outros indivíduos estão. Os processos de interiorização e objetivação são continuamente executados, quando os indivíduos expressam seus comportamentos e modos de pensar em sociedade ocorre a exteriorização (BERGER; LUCKMANN, 1985). Partindo desta compreensão, as instituições se tornam referências de comportamento para os indivíduos. A ordem social é uma construção das instituições, internalizada pelos atores por meio de regras e comportamentos socialmente aceitos (HALL; TAYLOR, 2003; LAVALLE et al., 2018).

Giddens (2003) contribui a este estudo ao explicar que a estrutura e a ação – constituintes dos processos de objetivação, internalização e externalização - não podem ser concebidas isoladamente, o que o autor chamou de dualidade. A ação, para Giddens, é condicionada a uma estrutura social, formada por regras e recursos, que habilita e restringe o agir. A partir das ideias de Berger e Luckmann (1978) e Giddens (2003) a Teoria Institucional buscou explicar a socialização do indivíduo na estrutura social por meio de um repertório de comportamentos legítimos que são objetivados e interiorizados. Algumas abordagens trouxeram avanços a essa perspectiva, demonstrando que o contexto institucional, por meio de suas lógicas, e a sociedade devem ser observados sob a lente relacional, a qual pressupõe a recursividade.

Hinings (2012), Zilber, (2008) e Lizardo (2017) trouxeram sugestões para compreender a recursividade entre atores e lógicas institucionais por meio do conceito de enculturação, propondo um novo olhar sobre como as lógicas institucionais são incorporadas (ou não), modificadas e até mesmo descontinuadas pelos atores. Lizardo (2017), com base no modelo dual de enculturação de Vaisey (2009) contribui ao destacar o papel da cultura no nível individual para a formação de uma cultura coletiva, aqui compreendida como o contexto institucional.

Diante do exposto, este ensaio tem como objetivo **discutir como a recursividade pode ser compreendida nos estudos sobre lógicas institucionais**. Esse entendimento avança no conhecimento anterior apresentado nesta introdução, contribuindo para a compreensão de como as lógicas institucionais e a sociedade se relacionam de maneira recursiva a partir da enculturação.

Diante do exposto, este ensaio está estruturado em 4 seções. Após esta introdução, a primeira seção demarca o argumento deste ensaio, a recursividade no institucionalismo, seguido da reflexão a respeito da recursividade. Após discuto como essa recursividade poderá ser compreendida por meio da enculturação. Por fim, são colocadas possíveis conclusões do estudo.

DEMARCAÇÃO DO ARGUMENTO: RECURSIVIDADE NO INSTITUCIONALISMO

Para compreender a questão da recursividade o neoinstitucionalismo precisou superar a dicotomia entre racionalidade e instituições, voluntarismo e determinismo. Foram elaboradas explicações para a influência da racionalidade sobre o comportamento por meio de um esquema de interpretação do indivíduo, em que as instituições se tornam padrões de referência para a ação individual. As conclusões desta perspectiva é que o ator participa e possibilita a continuidade das instituições na medida em que atendem as necessidades da sociedade. As instituições fornecem esquemas de interpretação aos atores e possibilitam que a recursividade ocorra quando negociam esses esquemas, sugerindo adoção, mudança ou abandono de uma instituição. Formas, imagens e símbolos são constituídos na vida social dos indivíduos e em sua relação com o contexto institucional (HALL; TAYLOR, 2003).

Outras abordagens institucionais se desenvolveram no contexto da perspectiva sociológica e possibilitaram reflexões a respeito da recursividade, dentre essas o empreendedorismo

institucional e o *institutional work*. O empreendedorismo institucional assume o denominado paradoxo da agência, o qual instigou análises a respeito de como os atores podem se sentir motivados a promover mudanças nas instituições (BATTILANA, 2006; GREENWOOD; SUDDABY, 2006). Propõe-se que atores no centro das instituições são motivados por fatores endógenos e intencionalmente decidem empreender. Esse comportamento é frequentemente observado em ambientes altamente institucionalizados e heterogêneos (HOOGSTRAATEN; FRENKEN; BOON, 2020). Sob essa perspectiva, a recursividade está na ação e concentrada no empreendedor, a instituição é estruturante do comportamento, ao mesmo tempo em que é estruturada por ele.

Já na abordagem do *institutional work*, os atores utilizam práticas e estratégias cotidianas como mecanismos institucionais. Assim como no empreendedorismo institucional, a agência é um paradoxo nas discussões a respeito dos atores e as instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Em resumo, o *institutional work* não coloca a recursividade em um ator central, mas em todo e qualquer ator que esteja ou seja motivado a promover mudanças em uma instituição. Para isso os atores utilizam as práticas e estratégias. Conforme é possível observar, a recursividade não é uma novidade nas abordagens neoinstitucionais pois, a partir da perspectiva sociológica foi incorporada nos conceitos de endogenismo, agência, ação e estratégia.

As lógicas institucionais também pressupõem a recursividade, pois são “conjuntos de práticas materiais e construções simbólicas que constituem os princípios organizativos de uma ordem institucional” (FRIEDLAND; ALFORD, 1991, p. 248, tradução nossa). O conceito mencionado foi revisitado em 2014 no estudo sobre a lógica do amor de Friedland, Morh, Roose e Gardinali (2014, p. 1 tradução nossa) como uma “troika analítica de objeto, prática e sujeito ligados entre si por sistemas de articulações duplamente ordenados”. Os autores ampliaram o entendimento de como objeto, prática e sujeitos estão duplamente ordenados, exercendo influência entre si, em outras palavras, atuam por meio da recursividade no sistema interinstitucional.

O sistema interinstitucional é formado por múltiplas lógicas que o tornam complexo. Como consequência, a ação é condicionada a um conjunto de oportunidades suscetíveis à interpretação dos atores. Percebe-se a recursividade, por exemplo, quando os atores podem adotar uma lógica e lhe conferir o status de dominante. Quando essa lógica deixa de atender as necessidades, pode ser abandonada ou modificada.

As lógicas são influenciadas por elementos dispostos nos campos organizacionais, dentre os quais se incluem os atores. Nesse sistema, as organizações se deparam com um ambiente formado por lógicas compatíveis e contraditórias. A incompatibilidade das lógicas fornece aos atores um ambiente complexo que modifica o processo de interpretação e resposta ao contexto institucional (ZANIN; CUNHA, 2020). Consequentemente, ocorrem processos de negociação, interpretação, tradução e incorporação das lógicas institucionais (SILVA; CRUBELLATE, 2019).

A configuração de várias lógicas é denominada de complexidade institucional (SILVA; CRUBELLATE, 2019). Suas características particulares encontram-se imbricadas em aspectos simbólicos e materiais. Não existe uma lógica pura ou desconexa de um sistema interinstitucional, o que faz com que elementos de outras lógicas sejam incorporados. Isso demonstra como as lógicas podem entrar em conflito com aspectos culturais e materiais dos atores. Neste contexto, surgem demandas institucionais que levam as organizações a se ajustarem.

A recursividade ocorre quando os atores conseguem atribuir efeitos sobre as dimensões simbólica e material da lógica institucional. Os símbolos são recursivamente alterados para reconfigurar as práticas dos atores e atender ao novo esquema de interpretação. Por exemplo, Picheth e Crubellate (2019) demonstram como a recursividade ocasionou mudanças em símbolos

e práticas, permitindo mudanças nas crenças dos indivíduos e resultando em uma nova configuração das lógicas institucionais. Quando Friedland e Alford (1991) sugerem voltar a olhar para os símbolos e crenças da sociedade, ou seja, para o contexto em que os atores estão imersos e desenvolvem suas atividades, incentivam a reflexão a respeito da recursividade nas lógicas institucionais.

UM CAMINHO PARA COMPREENSÃO DA RECURSIVIDADE

Atores e lógicas institucionais são conectados e mediados pela reflexão sobre a ação, assim como defendem Saraiva Junior e Crubellate (2012). Partindo deste entendimento, a recursividade dos atores sobre as lógicas institucionais se tornou uma possibilidade nos estudos da área. Contudo, tal discussão tem sua origem na compreensão da capacidade de agir dos atores, ou seja, na agência.

Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012, p. 28) mencionam que “O problema de explicar o relacionamento entre estrutura e agência é talvez a afirmação metateórica mais importante da perspectiva da lógica institucional. É fundamental para compreender como os atores mudam as instituições no contexto de ser influenciados por elas”. Os autores afirmam que “A solução está em entender a sociedade como um sistema interinstitucional, fazer isso permite ao pesquisador teorizar e medir a autonomia de agência e estrutura”. A obra de Giddens (2003) a respeito da dualidade da estrutura social representa um marco inicial nos estudos institucionalistas a respeito da agência. A partir desta compreensão se reconhece a presença da intencionalidade na ação, apesar de se admitir também a racionalidade limitada dos atores.

O exemplo descrito no ensaio de Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2010, p. 93) demonstra didaticamente essa colocação “Em determinada ação, quando o indivíduo tenciona um fim **A** e alcança um fim **B**, ele é agente em relação ao fim **B**, pois participou da sua consecução, embora não intencionalmente”. A intencionalidade, portanto, não é suficiente para sustentar a capacidade de agir, pois o resultado diferente do esperado em uma ação não pode ser desconectado de quem o produziu.

Os atores, enquanto responsáveis pela ação, interferem e influenciam nos eventos em que atuam. Assim, estrutura e ação são interdependentes e suas relações não podem ser visualizadas de forma linear, pois as estruturas se tornam traços de memórias manifestas nas atividades humanas por meio dos esquemas de interpretação, os quais são referências virtuais e latentes até serem concretizados no desempenho da prática social (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010).

As atividades humanas são constantemente recriadas pelos atores e tornam o sistema social – ou o conjunto de relações reproduzidas coletivamente – espaço-temporalmente delimitado. Contudo, uma visão equivocada da obra de Giddens (2003) levou a Teoria Institucional a compreender que a reprodução é produto da estrutura, refutando a possibilidade de interrelação com a ação. Partindo deste entendimento, o institucionalismo sociológico tem apresentado perspectivas alternativas para compreender o modo como os atores agem. A recursividade, por exemplo, tem se tornado um debate comum nos estudos que buscam compreender o papel dos atores nas instituições (CLOUTIER; LANGLEY, 2013; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010; SARAIVA JUNIOR; CRUBELLATE, 2012; CHAERKI, RIBEIRO; FERREIRA, 2019). Em uma ontologia intersubjetiva a recursividade é expressa quando os atores agem e expressam a agência. Para tanto, promovem a desconstrução de padrões institucionalizados que não atendem às necessidades da comunidade, mudando símbolos, significados, práticas e as

próprias instituições (PICHETH, 2016; YORK; HARGRAVE; PACHECO, 2016; CLOUTIER; LANGLEY, 2013).

Os atores agem

Para explicar a recursividade, faço uma breve retomada histórica do conceito de agência. As discussões sobre agência nos estudos em Teoria Institucional são vastas. Como exemplo cito os esforços dos neoinstitucionalistas das últimas duas décadas, dentre esses Battilana (2006) em empreendedorismo institucional, Lawrence e Suddaby (2006) em *institutional work*, e Voronov e Weber (2015) e Friedland (2017) nos estudos sobre emoções.

As abordagens mencionadas no parágrafo anterior têm como ponto de partida a obra de Bourdieu ao falar de *habitus* e de Lahire (1997) na concepção das dimensões internas e externas que motivam a ação. Estas abordagens constituem o passo inicial para compreender a agência. Bordieu e Lahire pouco abordaram a respeito do indivíduo reflexivo e defenderam comportamentos institucionalizados que se aplicam a qualquer realidade, o que é insuficiente na compreensão do papel dos atores na sociedade.

Ou seja, somente o *habitus* e o conflito entre elementos internos e externos são suficientes para compreender da agência dos atores? A resposta é mais complexa do que parece. Com o intuito de avançar nesta discussão, Penna (2012) distribui algumas correntes do pensamento sobre agência ao longo de um *continuum* entre os estudos de Bourdieu, e o indivíduo que internaliza um *habitus*, e as pesquisas de Latour, que defendem a capacidade de ação em rede, conforme sintetizado na Figura 1.

Figura 1 - Concepção sociológica contemporânea relacional

Idiota Cultural					Sociólogo Leigo	
Bourdieu	Lahire	Archer	Giddens	Boltanski	Garkinkel	Latour

Fonte: Penna (2012, p.193).

Os sociólogos concentrados próximos ao lado esquerdo da Figura 1, como Bordieu e Lahire, compreendem o indivíduo como subordinado a um sistema de disposições. Em Bordieu, o *habitus* desenvolve a ação de forma relacional com os elementos do campo. Entretanto, essa abordagem recebeu críticas, pois o *habitus* não pode ser atribuído a qualquer ambiente. Nesta abordagem o indivíduo se assemelha ao ‘idiota cultural’, um objeto não reflexivo das estruturas sociais, subordinado a comportamentos aprendidos e compartilhados.

A partir de Archer (2007) é apresentada a compreensão do indivíduo reflexivo, bem como uma nova concepção de agência. O indivíduo dialoga consigo mesmo, como em Giddens e sua Teoria da Estruturação, enquanto suas práticas se reproduzem no tempo e espaço por meio do cognoscível – reflexividade – do indivíduo. Para Archer, as restrições para a ação buscam a estabilidade e caracterizam a dimensão externa. Internamente, o indivíduo utiliza a reflexividade para agir em meio à estabilidade que a estrutura apresenta.

Os estudos neoinstitucionalistas demonstram que a agência é um mecanismo para a mudança e continuidade de uma instituição. Entretanto, é preciso considerar que os processos de interpretação não são somente comportamentais, mas culturalmente moldados (HAVEMAN; GUALTIERI, 2017). O estudo seminal de DiMaggio (1997) trouxe ideias acerca deste assunto por meio dos esquemas compartilhados que emergem das representações sociais e da atividade prática. Para o autor, existem esquemas de interpretação que possuem o papel de facilitar a recordação imprecisa quando a informação é consistente. Ou seja, a existência de esquemas compartilhados influencia a reflexão por meio da consciência.

Os esquemas de interpretação justificam o entendimento da reprodução social como conjunto de negociações contínuas realizadas pelos atores, inserindo a possibilidade da recursividade da manutenção dos arranjos institucionais (CLOUTIER; LANGLEY, 2013). O caso exemplificado na obra *Culture and Cognition* (DIMAGGIO, 1997) destaca a ação nos relatos dos americanos racistas e na superação das condições precárias de trabalho impostas aos trabalhadores e demonstra como as condições culturais manifestam a agência e incentivam a ação para modificar as instituições.

Sob o ponto de vista de DiMaggio (1997), a cultura se torna fragmentada em elementos potencialmente contraditórios, ocasionando um conflito dos esquemas de interpretação. Essa é uma contribuição para compreender a abordagem proposta por Friedland e Alford (1991), uma vez que os atores exploram e interpretam lógicas institucionais potencialmente conflitantes. Os elementos culturais são incorporados na interpretação das práticas e símbolos para gerar a rotina de comportamento dos atores.

A partir dessa abordagem indicativa da possibilidade da ação para a recursividade, um esforço prolongado foi empregado nos estudos sobre mudança e reprodução institucional, a denominada 'virada agente' (ABDELNOUR; HASSELBLADH; KALLINIKOS, 2017). Sob esse ponto de vista, os atores podem interpretar e agir sobre as regras e comportamentos no contexto institucional, pois a agência se desenvolve na estrutura social, diferentemente do que foi defendido nos estudos seminais da Teoria Institucional.

Neste contexto da 'virada agente', Battilana (2006) inseriu a ação nas discussões sobre o ator obstinado por meio da metáfora do herói que age consciente ou inconsciente para modificar as instituições. Como forma de superar esse individualismo atribuído à noção de agência, foi desenvolvida a intencionalidade coletiva. Aqui a ação é incorporada a um contexto mais amplo que envolve grupos, organizações e sociedade (BATTILANA, 2006; DELLAPOSTA; NEE; OPPER, 2017). Entretanto, os mecanismos que geram essa coletividade permanecem obscuros e suscitam questões a respeito de como organizações podem se tornar objetivos dos grupos.

Para avançar empiricamente, alguns estudiosos buscaram retomar conceitos pouco explorados, como o endogenismo e exogenismo (DELLAPOSTA; NEE; OPPER, 2017). O intuito desta abordagem é dar luz às forças que provocam a ação por meio da agência coletiva. O exogenismo é considerado em casos de mudança institucional motivada por regulações normativas, enquanto o endogenismo é um fenômeno coletivo, ocasionado por desvios de comportamento dos atores que não possuem poder de sancionar uma instituição.

Autores como Abdelnour, Hans e Sweden (2017) e Emirbayer e Mische (1998) destacam que a ação não deve ser condicionada somente de forma endógena ou exógena, mas deve ser situada temporalmente na cultura e na estrutura social com propensão intra-individuais. Desta forma, a partir dos autores mencionados neste parágrafo compreendo que a agência é desenvolvida em uma estrutura social e cultural, pois trata-se da expressão de interpretações nas relações intra e interpessoais. Contudo, essa abordagem possui problemas de ordem analítica, ou seja, a compreensão teórica e a aplicação empírica da agência foram consideradas discussões sem consensos.

A sociologia relacional proposta na Teoria Ator Rede desenvolvidos por Latour (2005), defende que a agência ocorre nas conexões que são estabelecidas pelos atuantes, sejam essas de mediação em que os atores criam associações que se afetam mutuamente, ou intermediações que conectam polos distintos sem afetá-los. Nesta perspectiva, os atores possuem capacidade de provocar efeitos na rede de conexões, ou seja, expressam sua agência e participam das ações. Law

(1992) destaca que a compreensão de estrutura é possível por meio dos efeitos sociais, pois é em virtude desses efeitos que a sociedade se reproduz de forma heterogênea.

Para avançar empiricamente, um conceito tem sido apresentado como um mecanismo que facilita a agência dos atores, a tradução. O repertório da tradução permite uma explicação de como poucos obtêm o direito de expressar e representar os atores dos mundos social e natural que são mobilizados (LATOURET, 2005).

No contexto institucional, algumas articulações teóricas com o conceito de tradução envolvem um processo de interpretações, significados e manifestação de interesses locais. Isso significa que a tradução se depara com as necessidades de um determinado campo e, por meio da agência, transforma o contexto em que ocorre. Assim, práticas, modelos e organizações também são modificados. As organizações em que a tradução ocorre se transformam, tornando-se organizações de tradução (BUZELIN; 2005, PALLAS; FREDRIKSSON; WEDLIN, 2016).

Ação e cultura

As discussões que envolvem a tradução foram esforços fundamentais para compreender a ação, contudo, pesquisas que surgiram após a virada cognitiva destacam que a ação requer um entendimento correlacionado com a cultura, em especial na capacidade de incorporar elementos culturais e expressá-los socialmente, pois as lógicas institucionais são parte da denominada ‘estrutura cultural’ (REAY; JONES, 2016). Partindo deste entendimento, menciono Lizardo (2017) e sua contribuição à compreensão de que as instituições são formas de exteriorização da cultura, o que denomina de cultura pública. Para demonstrar como os atores podem agir a explicação parte da enculturação, especificamente nos processos de aquisição, armazenamento, processamento e uso da cultura pelos atores (LIZARDO; MOWRY; WOOD, 2016). Esta abordagem é ontologicamente próxima a visão sociológica do institucionalismo.

Lizardo (2017, p. 23) adverte que “um foco único em hábitos e habituação também não funcionará, pois, como vimos, a ação teórica está precisamente na intersecção da cultura declarativa e não declarativa e o vínculo de ambas com a cultura pública institucionalizada”. Para tal explicação devemos abordar a cultura em duas dimensões, privada e pública. Na dimensão privada que corresponde ao indivíduo, a cultura pode ser apresentada como declarada ou não declarada, partes distintas e que podem ser dissociadas nas análises culturais. Quando declarada, a cultura é intencional, ou seja, é adquirida com poucas exposições e mediada simbolicamente. No modo declarativo a cultura assume o caráter de ‘saber isso’ é acessada e acionada em um formato explícito e simbolicamente mediado, por exemplo, a linguagem (LIZARDO, 2017).

Já a cultura não declarada é não intencional, adquirida por meio de um processo lento de aprendizagem e forma associações cognitivas emocionais duradouras. Este tipo de cultura guarda poucos detalhes de cada exposição em que o indivíduo fica suscetível, mantendo apenas a estrutura experiencial. Esta cultura é armazenada em uma memória não declarativa para uso posterior, podendo ser acessada, implantada e afeta a ação, cognição, emoção e julgamento em caminhos não reflexivos. Sempre que estimuladas as pessoas aplicam a cultura não declarativa em situações que possuem semelhança e que a abertura ambiental permite seu acionamento (LIZARDO, 2017).

Nesta discussão, Lizardo (2017; 2021) e Lizardo, Mowry e Wood (2016) avançam na compreensão de agência por meio da cultura em ação e contribui ao propor um entendimento do processo em que a cultura é adquirida e utilizada por meio da distinção entre o nível público e pessoal. Assim, na próxima seção, busco relacionar como a enculturação pode explicar a recursividade entre atores e lógicas institucionais, uma vez, que os atores acessam e utilizam a cultura em níveis analíticos diferentes.

UMA PROPOSIÇÃO PARA APREENDER A RECURSIVIDADE

Para compreender a enculturação é necessário retomar alguns conceitos. Berger e Luckmann (1978) destacam que o princípio da socialização é a objetivação, para McPherson e Sauder (2013) objetivar é um processo de tradução no qual os atores atribuem significado ao material institucional – crenças, símbolos e práticas – que compõem as lógicas institucionais, confrontando com o contexto específico em que os atores estão. O contexto específico se refere ao campo, comunidade ou organização

Após a objetivação, Berger e Luckmann (1978) descrevem a interiorização da estrutura cultural, ou seja, das instituições. Lizardo (2017) complementa que este processo de internalização ocorre quando as representações culturais se tornam parte dos próprios indivíduos (D'ANDRADE, 1995; LIZARDO, 2021). Diversas abordagens foram elaboradas para explicar como ocorre a internalização, por exemplo, Parsons destaca que internalizar implica na transferência de uma cultura existente fora da pessoa para dentro de si. Neste caso, a relação é causal, pois a cultura sempre está no nível público para ser internalizada nas pessoas.

Contudo, existe um ponto em comum a abordagem Parsoniana e o argumento no estudo de Lizardo (2017) de que algo precisa ser modificado para que a internalização ocorra. Lizardo (2021) discorre que o ponto de partida é a compreensão de que as crenças podem ser encontradas em outras pessoas no formato de cultura pessoal (habilidades) ou como cultura pública (livros ou jornais).

Lizardo (2021) demonstra como o entendimento da internalização é problemático na literatura da área, pois geralmente atribui-se a internalização por meio de um canal em que o material institucional é enviado, recebido e desempacotado. Isso reflete problemas de ordem analítica, uma vez, que alguns elementos como as crenças não podem ser transformados em objetos físicos que serão transferidos por um canal para as outras pessoas. O autor propõe uma abordagem disjuntiva e não linear de internalização que inicia na noção de reconstrução (SPERBER, 1996). A saber, o receptor reconstrói o que foi interpretado, pois ocorrem interações entre o cérebro de origem e sistemas motores que realizam as convenções governantes da linguagem. Posteriormente, o cérebro, influenciado pelas convenções, tem suas superfícies sensoriais impactadas.

Os indivíduos podem reconstruir culturas simbólicas por meio da interação com artefatos falados, escritos ou transmitidos por processos semióticos que podem apresentar erros ou serem modificados durante a objetivação e reconstrução. A internalização permite ao indivíduo reconstruir uma cultura pessoal simbólica ao interagir com a cultura pública, inclusive esta última é fundamental para que a reconstrução ocorra. Esse argumento possibilita que a cultura no indivíduo seja diferente -disjuntiva - da cultura pública (LIZARDO, 2021).

As representações internas são padrões de ativação em redes cerebrais, em outras palavras, trata-se da aprendizagem constante de acordo com as conexões na estrutura neural. Já as representações públicas – como as lógicas institucionais - são padrões externos com distintos níveis de estabilidade, duradouros ou temporários (LIZARDO, 2017; LIZARDO, 2021). Ao internalizar, devemos assumir que existem diferenças entre os elementos internalizados. As crenças e habilidades podem se apresentar por meio de dimensões distintas do conhecimento, a saber, ‘isso’, ‘como’ e ‘o que’. As crenças geralmente são traduzidas em uma linguagem proposicional única e assumem o conhecimento disso. Já as habilidades dificilmente verbalizadas ou proposicionais, assumem o conhecimento como (WACQUANT, 2004; LIZARDO, 2021).

Contudo, nem todos os componentes da cultura são claramente divididos entre as crenças e habilidades, para tanto, os conceitos possuem conteúdo representacional e funcionam como

conhecimento ‘isso’ que permite aos indivíduos interagirem com entidades mundanas de maneira eficiente, apresentando semelhanças e diferenças entre elas. Ademais, o conhecimento possui corporificação sobre a maneira como os indivíduos se relacionam com as entidades, principalmente na experiência sensorio motora (LIZARDO, 2017; LIZARDO, 2021).

Os conceitos diferenciam a internalização proposta por Lizardo (2017) da socialização discutida em Berger e Luckmann (1978). A socialização é, também, a internalização da cultura no nível pessoal (crenças e habilidades), contudo, depende de agentes que direta ou indiretamente pretendam que o indivíduo apreenda de forma explícita. Já a enculturação se refere a todas as maneiras em que a cultura pode ser internalizada, incluindo casos em que não há uma mediação ou intermediação dos agentes de socialização.

Enquanto a socialização reconstrói uma intenção comunicativa e transmissiva, a enculturação internaliza a cultura como um processo que não pressupõe uma consciência do que levou a internalização, pois parte do entendimento de que o conhecimento conceitual ocorre por processos não diretivos de enculturação, tal argumento permite que os problemas de agência discutidos neste ensaio, bem como a intencionalidade sejam desconsiderados na enculturação. Esta compreensão somente será possível ao considerar que a enculturação possui diferentes níveis (LIZARDO et al., 2016).

Desta forma, o processo de enculturação requer a compreensão de como a internalização é armazenada no indivíduo, Lizardo et al. (2016) elaboram a compreensão sob a perspectiva dual de cognição e cultura (VAISEY’S, 2009), conforme exposto no Quadro 1:

Quadro 1 - Modelo duplo de aprendizagem cultural.

Domínio	Fase da enculturação	Nível não declarado	Nível declarado
Aprendizagem	Aquisição	Prático; Incorporado; Implícito; Aprendizado lento.	Conceitual; Simbólico; Explícito; Aprendizado rápido.
Lembrança	Armazenamento	Não declarativo; Representação; Distribuída.	Representação simbólica; Declarativo
Pensamento	Processamento	Rápido e sem esforço; Baseado em associações.	Lento e trabalhoso/ Baseado em regras/ Processamento sequencial
Atuação	Uso	Impulsivo; Automático.	Refletivo; Controlado.

Fonte: Lizardo, et al. (2016, p. 291).

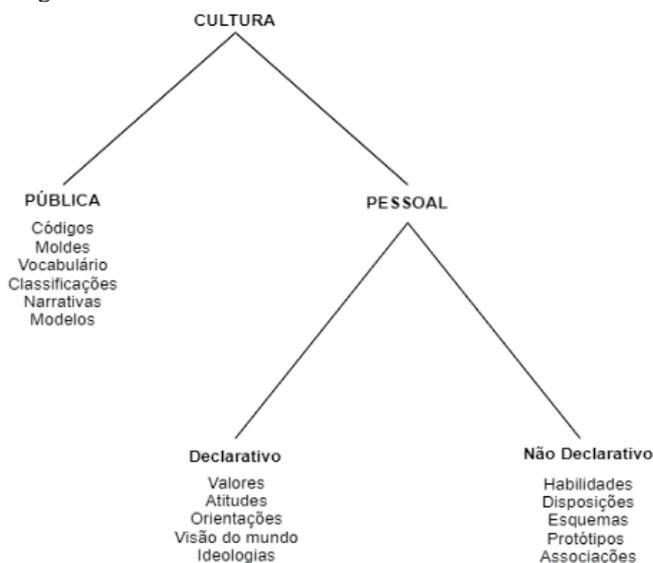
Lizardo et al. (2016) explicam que a internalização inicia no domínio da aprendizagem, especificamente na fase de aquisição da cultura. Quando a cultura é declarada a aquisição ocorre por meio da aprendizagem rápida, mediada por símbolos e por aquisição conceitual. Já na cultura não declarada a aprendizagem é lenta, depende de diversas exposições que possuam semelhanças entre si.

Após, ocorre o armazenamento da cultura no domínio da lembrança, sob o nível declarativo a representação desta cultura é simbólica, enquanto o não declarativo essa cultura será armazenada como uma representação. Posteriormente, essa cultura passa pelo domínio do pensamento em que ocorre o processamento da cultura, no nível declarativo esse processamento é lento e sequencial, enquanto no não declarativo é rápido e sem esforço, ou seja, instintivo. Por fim, ocorre o uso dessa cultura no domínio da atuação, no nível não declarado é intencional por meio de crenças e

discursos, no nível não declarado não há intencionalidade, como as habilidades (LIZARDO et al., 2016).

Até este momento a discussão foi pautada na cultura no nível pessoal. Para explicar a cultura no nível público (lógicas institucionais, por exemplo), devemos assumir que ela é uma construção coletiva que ocorre a partir do indivíduo. Este momento é compreendido como a exteriorização da cultura no nível pessoal (LIZARDO, 2017), conforme exposto na Figura 2.

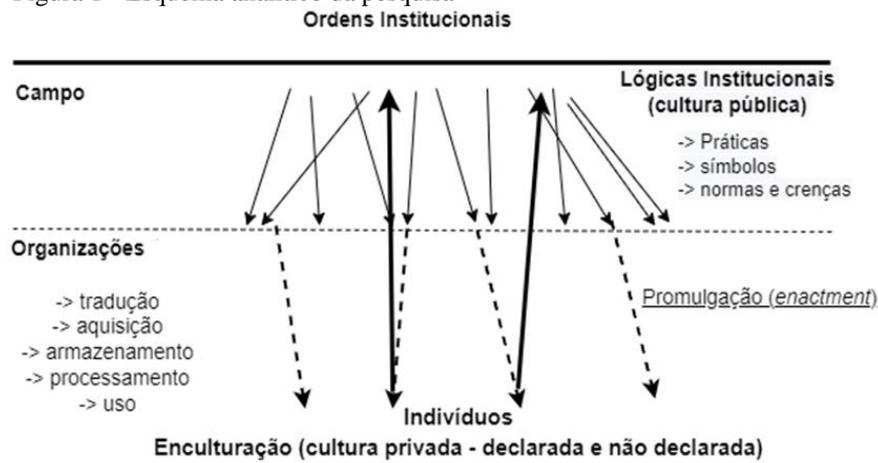
Figura 2 - Dimensões da cultura



Fonte: Lizardo (2017, p. 94).

Lizardo (2017) expõe que relações no nível pessoal e público atravessam a distinção analítica enquanto permanecem como declarativas ou não declarativas, bem como podem romper com o modo em que foram internalizadas, por exemplo, o que é não declarativo pode permanecer assim e ter relação com a cultura pública. A partir da obra de Lizardo (2017), foi elaborado o esquema analítico disposto na Figura 3.

Figura 1 - Esquema analítico da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Lizardo (2017) e Lizardo, Mowry e Wood (2016).

A Figura 3 demonstra como a enculturação ocorre e acrescenta a essa proposição a promulgação. Para compreender os diferentes tipos em que a cultura pessoal se apresenta – declarativa e não declarativa – e como se relacionam com o nível público é preciso compreender como os atores realizam o *enactment*, ou em português promulgação, do material internalizado (PALLAS; FREDRIKSSON; WEDLIN, 2016; CURRIE; SPYRIDONIDIS, 2015). A promulgação é útil especialmente para compreender a externalização, Berger e Luckmann (1978) explicam que ao externalizar os indivíduos irão expressar seus comportamentos em sociedade.

A promulgação nos estudos sobre lógicas institucionais (CURRIE; SPYRIDONIDIS, 2015) explica como o material institucional interiorizado é acionado para ser utilizado em situações do dia a dia. Currie e Spyridonidis (2015, p. 78) destacam “tanto nessa situação (alta complexidade) quanto em situações menos competitivas, os atores institucionais que promulgam diferentes lógicas precisam reconhecer sua interdependência e acomodar as posições dos outros em relação à sua própria lógica”.

A promulgação pode ser realizada em situações de complexidade institucional, assim, os atores podem modificar práticas e as próprias instituições ao promulgar o material de diferentes lógicas institucionais. Organizações em um mesmo setor, por exemplo, podem responder de maneiras diferentes a uma pressão institucional (TEIXEIRA, 2021).

A recursividade inicia ao interpretar e internalizar os elementos institucionais que incluem símbolos, crenças, valores e as práticas. Esta última pode ser desenvolvida para responder ao contexto institucional a partir da promulgação do material institucional que se encontra internalizado no indivíduo. Uma maneira de compreender a recursividade consiste em observar o desempenho das práticas, as quais possuem material institucional enculturado. Como justificativa para estas colocações cito Chesterman (2017) que explica como as práticas constituem um domínio institucional que busca delinear comportamentos e condutas. Schatzki (2001) explica a ideia de Chesterman (2017) a respeito do domínio institucional como uma circunscrição que mantém práticas reproduzidas e sancionadas. Embora a autora não avance no esclarecimento dessa circunscrição, a menção a uma estrutura das práticas demonstra como regras institucionais são traduzidas, objetivadas, interiorizadas e exteriorizadas na medida em que são promulgadas pelos atores.

Friedland e Alford (1991) e Friedland (2015) buscaram incluir as práticas na mediação dos significados e interpretações. Quando desenvolvidas nas organizações estão imbricadas na dinâmica das lógicas institucionais, possuem elementos materiais e simbólicos que foram internalizados e compõem a cultura dos indivíduos no nível declarado e não declarado, ao serem promulgadas podem compor a cultura pública (SOUZA VIANNA; DUARTE; PESSOA, 2020).

Na obra de Friedland e Alford (1991), Friedland (2017) e Thornton e Ocasio (2012), as práticas são elementos relacionais entre ordens, lógicas institucionais e atores. As ordens institucionais possibilitam um processo dinâmico denominado da aprendizagem social, o qual conduz as práticas sociais concretas. Esse processo resulta em uma violência simbólica denominada de estrutura social (TEIXEIRA; PENTEADO, 2016). Já as lógicas institucionais são responsáveis por comportar o material institucional que será interpretado e enculturado para posteriormente ser promulgado pelos atores, concretizando a recursividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio buscamos discutir como a recursividade pode ser compreendida nos estudos sobre lógicas institucionais. Partimos do argumento de que as pesquisas em lógicas institucionais

se afastaram do contexto social. Demarcamos o conceito de lógicas institucionais como uma *troika*, ou seja, elementos que são interligados e se relacionam, demonstrando que são concepções do contexto social. A partir do entendimento que propõe elementos, como sujeito, objeto e práticas conectados duplamente, podemos afirmar que as lógicas institucionais são recursivas, constituídas nas relações com os atores sociais.

Neste ensaio propomos romper com a visão substancialista que coloca o contexto institucional como uma referência de ações legítimas e imutáveis, isso requer assumir que os atores são responsáveis pela formação do contexto institucional. Para avançar teoricamente, recorreremos ao conceito de enculturação, uma abordagem que compreende a ação do indivíduo por meio da internalização, significação e adaptação dos elementos institucionais ao contexto em que vive, promulgando esses elementos em situações específicas.

Os elementos institucionais enculturados são dispostos em níveis analíticos, pessoal (declarado e não declarado) e público. A cultura pública representa o contexto institucional. A recursividade ocorre enquanto os indivíduos administram demandas de uma ou várias lógicas institucionais, para isso interpretam e traduzem os elementos institucionais, por exemplo os símbolos, práticas e significados, enquanto adaptam coletivamente ao contexto em que estão. No nível pessoal os elementos institucionais são dispostos em níveis, declarado e não declarado, quando promulgados podem integrar a cultura pública (lógicas institucionais). Esse processo pode manter, alterar ou descontinuar uma lógica institucional, bem como formar lógicas institucionais híbridas.

Incluir a recursividade nos estudos organizacionais que utilizam a abordagem das lógicas institucionais, representa um avanço para a área, permite superar as críticas ao foco macrossocial das pesquisas e desenvolve um entendimento de questões como intencionalidade e agência. A recursividade, também, contribui para avançar na compreensão das práticas no contexto organizacional, com uma unidade de análise fundamental para compreender como os atores modificam, mantem ou abandonam uma lógica institucional.

A partir disso, propomos uma agenda de pesquisa para lógicas institucionais e recursividade, fundamentadas no entendimento dado por Friedland e Alford (1991; 2014), por meio das questões listadas a seguir:

Questão 1. Como a recursividade nas lógicas institucionais proporciona a configuração dos campos organizacionais?

Questão 2. Como a recursividade pode desenvolver lógicas institucionais específicas (regionais) nas organizações?

Questão 3. De que maneira as dimensões simbólicas e materiais das lógicas institucionais são alteradas pela recursividade?

Questão 4. Como a recursividade pode ser compreendida a partir de outras abordagens?

Destacamos que este ensaio contribuiu para reflexões a respeito do neoinstitucionalismo sociológico e a abordagem das lógicas institucionais, buscando avançar os atendimentos a respeito das relações entre a sociedade e as instituições. Para tanto, consideramos que as instituições e, portanto, as lógicas institucionais são construções sociais de múltiplos atores. Por fim, mencionamos que existe um caminho a ser percorrido em um campo empírico, o qual permitirá testar as proposições aqui levantadas, a fim de contribuir para o desenvolvimento dos estudos organizacionais na abordagem das lógicas institucionais.

REFERÊNCIAS

- ABDELNOUR, S.; HASSELBLADH, H.; KALLINIKOS, J. Agency and institutions in organization studies. **Organization studies**, v. 38, n. 12, p. 1775-1792, 2017.
- ARCHER, M. Making our way through the world: human reflexivity and social mobility. Cambridge, **Cambridge University Press**, 352 p., 2007.
- BATTILANA, J. Agency and institutions: The enabling role of individuals' social position. **Organization**, v. 13, n. 5, p. 653-676, 2006.
- BERGER, PL; LUCKMANN, T. The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge. New York: **Anchor Books**, 1978.
- BORGES, D. E.; RADAELLI, A. A. P. Como modificar as regras do jogo a fim de favorecer o setor vitivinícola? **Revista Ciências Administrativas**, v. 22, n. 1, p. 72-99, 2016.
- BUZELIN, H. Unexpected allies: How Latour's network theory could complement Bourdieusian analyses in translation studies. **The Translator**, v. 11, n. 2, p. 193-218, 2005.
- CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. **The sociological review**, v. 32, n. 1, p. 196-233, 1984.
- CHAERKI, K. F.; RIBEIRO, G.; FERREIRA, J. M. Uma introdução à Teoria Institucional do Ponto de Vista Sociológico. **Caderno de Administração**, v. 27, n. 1, p. 62-91, 2019.
- CHESTERMAN, A. Reflections on translation theory. **Benjamins Translation Library**, 2017.
- CLOUTIER, C.; LANGLEY, A. The logic of institutional logics: Insights from French pragmatist sociology. **Journal of Management Inquiry**, v. 22, n. 4, p. 360-380, 2013.
- D'ANDRADE, R. G. The development of cognitive anthropology. **Cambridge University Press**, 1995.
- DellaPosta, D.; Nee, V.; Opper, S. Endogenous dynamics of institutional change. **Rationality and Society**, v. 29, n. 1, p. 5-48, 2017.
- DIMAGGIO, P. Culture and cognition. **Annual review of sociology**, v. 23, n. 1, p. 263-287, 2017.
- DOWBOR, M.; CARLOS, E.; ALBUQUERQUE, M. D. C. As origens movimentistas de políticas públicas: proposta analítica aplicada às áreas de criança e adolescente, direitos humanos e saúde. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 47-80, 2018.
- EMIRBAYER, M.; MISCHE, A. What is agency? **American journal of sociology**, v. 103, n. 4, p. 962-1023, 1998.
- FAVERO, M.; FERREIRA GUIMARÃES, A. Lógicas Institucionais: Um Estudo em uma Organização Privada de Ensino Superior do Sul do Brasil. **Revista de Administração IMED**. 2019.
- FRIEDLAND, R. The value of institutional logics. In New themes in institutional analysis (pp. 12-50). **Edward Elgar Publishing**, 2017.

FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R. 'Bringing society back in: symbols, practices, and institutional contradictions'. In POWELL, W. W. and DIMAGGIO, P. J. (Eds), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago, IL: **University of Chicago Press**, p. 232–66, 1991.

FRIEDLAND, R.; ARJALIÈS, D. L. Putting things in place: Institutional objects and institutional logics. In *On practice and institution: New empirical directions*. v. 71, p. 45-86. **Emerald Publishing Limited**, 2021.

FRIEDLAND, R.; ARJALIÈS, D. L. Falando em nome do ser humano: lógicas institucionais, dragões e o supra-humano. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 23 n. 1, p. 14-45, 2024.

SLONGO GARCIA, B. E.; COSTA MARONI SARAIVA, M. C.; FERREIRA, J. M.; RIBAS DA MOTTA, J. Entre a sociedade, o estado e o capital no campo da Educação a Distância. **Educação, Escola & Sociedade**, v. 19, n. 21, p. 1–26, 2024.

GARCIA, B. E. S.; MATITZ, Q. R. S. O declarado e o não declarado na manifestação de lógicas institucionais: um estudo da prática do teatro em uma organização cultural. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 23, n. 1, p. 46-82, 2024.

GIDDENS, A. *Runaway world: How globalization is reshaping our lives*. **Taylor & Francis**, 2003.

GREENWOOD, R.; SUDDABY, R. Institutional entrepreneurship in mature fields: The big five accounting firms. **Academy of Management journal**, v. 49, n. 1, p. 27-48, 2006.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 193-223, 2003.

HAVEMAN, H. A.; GUALTIERI, G. Institutional logics. In: **Oxford research encyclopedia of business and management**, 2017.

HININGS, B. Connections between institutional logics and organizational culture. **Journal of Management Inquiry**, v. 21, n. 1, p. 98-101, 2012.

HOOGSTRAATEN, M. J.; FRENKEN, K.; BOON, W. P. The study of institutional entrepreneurship and its implications for transition studies. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, 36, p. 114-136, 2020.

LAHIRE, B. O homem plural: as molas da ação. *Petrópolis, Vozes*, p. 302, 1997.

LATOUR, B. *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. OUP OXFORD, 2005.

LAVALLE, A. G.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. **EdUERJ**, 2018.

LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. **Systems practice**, v. 5, n. 4, p. 379-393, 1992.

LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R. 1.6 institutions and institutional work. **The Sage handbook of organization studies**, p. 215-254, 2006.

LIZARDO, O. Improving cultural analysis: Considering personal culture in its declarative and nondeclarative modes. **American Sociological Review**, v. 82, n. 1, p. 88-115, 2017.

- LIZARDO, O. Culture, cognition, and internalization. In: **Sociological Forum**. V. 36, n. S1, p. 1177-1206, 2021.
- LIZARDO, O.; MOWRY, R.; SEPULVADO, B.; STOLTZ, D. S.; TAYLOR, M. A.; VAN NESS, J.; WOOD, M. What are dual process models? Implications for cultural analysis in sociology. **Sociological Theory**, v. 34, n. 4, p. 287-310, 2016.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. D.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. Ed. Especial. Organizational Fields and the Structuration Perspective: Analytical Possibilities. **Revista de Administração Contemporânea**, p. 109 -147, 2010.
- MCPHERSON, C. M.; SAUDER, M. Logics in action: Managing institutional complexity in a drug court. **Administrative science quarterly**, v. 58, n. 2, p. 165-196, 2013.
- PALLAS, J.; FREDRIKSSON, M.; WEDLIN, L. Translating institutional logics: When the media logic meets professions. **Organization studies**, v. 37, n. 11, p. 1661-1684, 2016.
- PENNA, C. Reflexividade e agência na teoria sociológica contemporânea. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 48, n. 3, p.192-204, 2012.
- PICHETH, S. F. Lógicas institucionais e estruturas discursiva: um estudo do maternati-grupo de gestante e mães. Dissertação (mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.
- PICHETH, S. F.; CRUBELLATE, J. M. Mudança, lógicas institucionais e emergência de novos atores: a renaturalização da maternidade no Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n.90, p. 486-512, 2019.
- REAY, T.; JONES, C. Qualitatively capturing institutional logics. **Strategic organization**, v. 14, n. 4, p. 441-454, 2016.
- RUSSO, P. T.; GUERREIRO, R. Percepção sobre a sociomaterialidade das práticas de contabilidade gerencial. **Revista de Administração de Empresas**, v. 57, n. 6, p. 567-584, 2017.
- SARAIVA JUNIOR, A.; CRUBELLATE, J. M. Esquemas interpretativos e estratégias institucionais em um sistema de cooperativas de crédito. **REBRAE**, v. 5, n. 2, p. 127-140, 2012.
- SEDIYAMA, G. A. S.; DE AQUINO, A. C. B.; LOPES, G. B. A difusão das mudanças na contabilidade pública em municípios. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 28, n. 2, p. 78-100, 2018.
- SCHATZKI, T. R. Practice theory. **The practice turn in contemporary theory**, 1-14, 2001.
- SILVA, F. R.; CRUBELLATE, J. M. Complexidade Institucional em Cooperativas de Crédito: um Estudo de Caso. **Revista Gestão & Conexões**, v. 8, n. 1, p.7-23, 2019.
- SPERBER, D. Explaining culture: A naturalistic approach (p. 97). Blackwell: **Oxford**, 1996.
- SPYRIDONIDIS, D.; CURRIE, G. Hybrid middle managers and clinical guidelines implementation: a translation theory perspective. In: **Academy of Management Proceedings**. V. 2015, N. 1, p. 12138, 2015.

- TEIXEIRA, G. C. D. S. Internationalization of business schools and their strategic response to institutional complexity. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil, 2021.
- TEIXEIRA, K. G.; DE CAMARGO PENTEADO, C. L. Estruturas e instituições: um possível diálogo entre neoinstitucionalismo em políticas públicas e teoria social contemporânea. **Research, Society and Development**, v. 1, n. 1, p. 43-62, 2016.
- THORNTON, P. H.; OCASIO, W.; LOUNSBURY, M. The institutional logics perspective: A new approach to culture, structure, and process. **Oxford University Press on Demand**, 2012.
- VAISEY, S. Motivation and justification: A dual-process model of culture in action. **American journal of sociology**, v. 114, n. 6, p. 1675-1715, 2009.
- Vianna, P. V.; Duarte, R. G.; Pessoa, R. M.. Gramática Lógica da Prática Educativa: análise das manifestações e das interações das lógicas institucionais. **Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 17, n. 4, p. 573-605, 2020.
- VORONOV, M.; WEBER, K. The heart of institutions: Emotional competence and institutional actorhood. **Academy of Management Review**, v. 41, n. 3, p. 456-478, 2015.
- WACQUANT, LOÏC J. D. *Body & Soul: Notebooks of an Apprentice Boxer*. New York: **Oxford University Press**, 2004.
- YORK, J. G.; HARGRAVE, T. J.; PACHECO, D. F. Converging winds: Logic hybridization in the Colorado wind energy field. **Academy of Management Journal**, v. 59, n. 2, p. 579-610, 2016.
- ZANIN, L. M.; CUNHA, J. A. C. Tendências e Oportunidades em Lógicas Institucionais: Um Estudo Baseado em Pareamento Bibliográfico. **Iberoamerican Journal of Strategic Management**, v. 19, n. 1, p. 04-32, 2020.
- ZILBER, T. B. The work of meanings in institutional processes. **The SAGE handbook of organizational institutionalism**, v. 18, p. 151-168, 2008.